

ATA Nº 1.611 DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO, REALIZADA EM 20 DE FEVEREIRO DE 2020.

Às quatorze horas e dez minutos do dia vinte de fevereiro de dois mil e vinte, na sede do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo, situada na Rua Amélia da Cunha Ornelas, nº 30, Bento Ferreira, Vitória, ES, realizou-se a SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA, com a presença dos Conselheiros Efetivos e Suplentes remanescentes de 2/3 (dois terços) do Plenário, dos novos Conselheiros Efetivos eleitos no período de 19 a 20 de novembro de 2019, para renovação de 1/3 (um terço) do Plenário para mandato de 2020 a 2023 que assinaram o Termo de Registro de Presença, a saber: Remanescentes de 2/3: Conselheiros efetivos: Contadores Carlos Darlan Patil, Gustavo da Silva Miranda, Miguel dos Santos Costa, Mônica Fernanda Santos Porto Pires, Paula Nazareth Koehler, Roberto Schulze, Roney Guimaraes Pereira e Simony Pedrini Nunes Rátis; Conselheiros Suplentes: Contadores Eli Batista de Araújo Pirola, Maurílio Correia Santana e Walterleno Maifrede Noronha; Eleitos de 1/3: Conselheiros Efetivos: Contadores Carla Cristina Tasso, Mário Zan Barros e Reinaldo Marques, e Técnico em Contabilidade Clair Martins da Silva. Também participou da Reunião Plenária, a convite da Presidente Carla Cristina Tasso, o Sr. Rogério Pegoretti Caetano Amorim, Secretário de Fazenda do Estado do Espírito Santo. Aberta a sessão, a Presidente Carla Cristina Tasso agradeceu a presença de todos, dando sequência aos trabalhos. **1 – MENSAGEM DO DIA:** O Vice-Presidente de Administração e Finanças, Roney Guimarães Pereira, exibiu um vídeo motivacional intitulado “On ou Off – de que lado você está”, que traz uma reflexão sobre as grandes mudanças tecnológicas que a humanidade está experimentando e o quanto o ser humano está sendo envolvido por toda essa tecnologia e esquecendo-se de sua essência, de que é um “ser humano” e não uma máquina, que não pode viver e compartilhar a sua individualidade, mas sim viver e compartilhar sua humanidade. **2 – AUSÊNCIAS:** Os Contadores Ana Rita Nico Hartuique, Raquel Cristina Nicolau Barbosa e o Técnico em Contabilidade Rodrigo Sangali encaminharam expediente informando da impossibilidade de se fazerem presentes na reunião. **3 – PAINEL TÉCNICO:** O tempo destinado ao painel técnico foi preenchido pelo Sr. Rogério Pegoretti Caetano Amorim, Secretário de Fazenda do Estado do Espírito Santo, o qual agradeceu ao convite e informou ter listado algumas ações que a Secretaria vem desenvolvendo e que tem a ver com a classe contábil. Falou sobre o posicionamento do Governador Renato Casagrande, o qual determinou aos membros de sua equipe que deem valor e coloquem em prática o diálogo, que é uma das marcas que o Governo tem implantado. Ressaltou que o diálogo nem sempre significa o atendimento a uma demanda, pois decisões que geram impacto na vida das pessoas e das entidades devem ser conversadas e negociadas com bastante critério e cautela. Afirmou que a Secretaria de Estado da Fazenda, a Secretaria de Desenvolvimento, a Junta Comercial e todos os Órgãos do Governo mais afetos ao trabalho dos contadores estão à disposição para conversar e interagir. Informou que na data de ontem (19/03/2020) foi feito o bloqueio de mais de mil empresas que estavam cadastradas sem registro do contabilista e que o Sistema está travado para o cadastro de empresas sem indicação do contabilista responsável. Que no ano passado foram mais de quatro mil empresas bloqueadas devido a esse fato. Essa é uma medida que mostra o quanto o Governador valoriza e apoia a classe contábil. Informou que a SEFAZ está avançando no projeto de integração com as prefeituras para tentar coibir que empresários utilizem o formato de MEI's de modo fraudulento, apenas para se esquivar das obrigações tributárias, inclusive para não dispor de um contador. Observou que o Governo Federal ampliou demais as possibilidades de inclusão como MEI e que há um projeto avançado para aumentar o limite do valor e também a

quantidade de funcionários. É importante o Sistema CFC/CRC's atuar fortemente para evitar que isso gere prejuízos para os Governos Municipais e Estaduais, assim como para a própria classe contábil. Disse que a figura do MEI é uma ideia fantástica quando se fala de formalização de atividades que sempre estiveram no mercado informal, tais como pipoqueiro, sapateiro, borracheiro, etc. que, via de regra, têm um fluxo financeiro pequeno e que não justificaria para o profissional abrir uma empresa no "Simples" com todas as exigências e custos que o caso requer. Não faz sentido, como se tem conhecimento, de indústria cadastrada como MEI. Relatou que esse artifício tem sido muito ampliado, e pior, de forma fraudulenta, razão pela qual todos precisam unir forças e combater essa prática. Esse mesmo tipo de problema tem sido enfrentado com o Simples Nacional há muito tempo. Hoje, tem-se detectado que muitos empresários tem adotado a prática de abrir várias empresas em nome de terceiros, todas enquadradas no Simples Nacional. Essa prática ilícita tem se tornado tão comum que agora tem empresário fazendo pior, ou seja, está transformando a mesma já enquadrada no Simples Nacional em vários MEI's em nome de funcionários. Lembrou que a empresa que sai do regime ordinário e vai para o Simples Nacional não deixa de ter o contador, mas a que sai do Simples e vai para a condição de MEI está dispensada deste. A coibição dessa prática fraudulenta é uma das metas de fiscalização neste ano, valendo lembrar que o contador que tiver ligação com tais práticas ilícitas também será penalizado. Acrescentou que, infelizmente, o mau contabilista acaba sendo um instrumento para a prática de sonegação fiscal. Na oportunidade, o Conselheiro Mário Zan Barros falou de um cliente seu que deixou de abrir uma filial para não pagar mais impostos. O Secretário observou que estamos acostumados com regressividade no nosso sistema tributário e no caso do Simples, apesar de não ser tributo sobre renda, acaba sendo um tributo menos regressivo e mais progressivo, em que se tributa mais quem fatura mais. Complementou que o cliente em relação ao qual o Conselheiro exemplificou não deve ter feito uma análise mais aprofundada, pois apesar de pagar mais imposto com a abertura de filial, esqueceu-se de considerar que ampliando seu faturamento e apesar de aumentar a alíquota, a incidência da mesma seria sobre uma base também muito maior. Ressaltou que o combate à sonegação deve se dar não somente por conta da receita do Estado, mas também porque a sonegação gera uma concorrência desleal, que culmina com a chamada "sonegação em legítima defesa", ou seja, o empresário julga que se pagar tudo que deveria, diante daquele que sonega e não é autuado, irá à falência. Na oportunidade a Conselheira Mônica Fernanda Santos Porto Pires disse que as empresas querem permanecer no Simples não em virtude dos tributos e ICMS, mas sim por conta do patronal, para não pagar os 20% sobre a folha de pagamento, sendo que a empresa que tem 20, 30 funcionários no Simples Nacional somente paga o CPP, e perguntou se o Estado tem algum projeto de criar inscrição estadual para o MEI, a exemplo de outros Estados, onde já se tem nota fiscal eletrônica, sendo que talvez essa fosse uma solução que reduziria a sonegação, assinalando que existe uma quantidade grande de MEI's faturando milhões. O Secretário de Fazenda informou que o Estado recebeu o pedido de ampliação da faixa do Simples várias vezes, mas analisou que não faz sentido exatamente por conta da última faixa não ter rateio do ICMS. Complementou que se por um lado a inscrição estadual vai possibilitar ao Estado acompanhar melhor o faturamento do MEI, por outro vai incentivar ainda mais as empresas a migrarem do Simples para o MEI. Esclareceu que existem centenas de empresas que ainda não migraram porque isso dificulta as compras. Também relatou que existe um número exagerado de empresas que estão usando indevidamente do instituto do MEI, razão pela qual primeiro o Estado tem que achar uma solução para esse problema, para depois pensar em inscrição

estadual, acrescentando que mesmo com esta inscrição, o MEI continua desobrigado de emitir nota fiscal, isso é opcional. Na oportunidade, a Presidente Carla Cristina Tasso informou que a SEFAZ já entrou em contato com a Receita Federal para obter informações conjuntas. Estão analisando a questão do CPF, pois tem diferentes MEI's com o mesmo CPF, ou seja, a pessoa baixa aquele registro de MEI e cria outro com o mesmo CPF. O Secretário fez a observação de que quando o Estado encontra um caminho para combater a sonegação, o fraudador já encontrou vários outros, ou seja, é um trabalho sem fim. O Vice-Presidente de Política Institucional, Roberto Schulze, falou sobre uma experiência que teve em uma empresa que trabalhou, reportando-se a essa questão de fiscalização. Disse que essa impressão de estar sempre vigiado é até mais importante do que a própria conferência, acrescentando que por isso, o Estado precisa noticiar mais essas ações, porque só a notícia muitas vezes inibe o fraudador. Que o Estado precisa usar mais essas ferramentas de comunicação para que as pessoas se sintam vigiadas, bem como mostrar a quantidade de informações que possui, que não é pouco. Que o contador precisa saber que o Estado tem acesso a esse volume de informações. Que isso facilita, inclusive, o trabalho dos contadores que agem corretamente, pois quando um cliente lhe pede algo que não é legal, eles têm argumentos para convencê-los de que não adianta tentar burlar, pois conforme já divulgado pelo Estado, aquela falha será identificada e ele sofrerá a punição. Também acrescentou que tem muita gente abrindo MEI em nome de empregados, gerando outros problemas sociais, pois estes deixam de ter direitos trabalhistas e sociais, tais como 13º, contribuição previdenciária, férias, etc., sem contar o risco que correm de responderem por crime. Na sequência, a Conselheira Mônica Fernanda Santos Porto Pires perguntou ao Secretário se o Estado tem alguma posição da Assembleia Legislativa sobre a alteração da Lei 7000, bem como se manterá a proposta do novo regulamento do ICMS. Em relação à Lei 7000 o Secretário respondeu que, devido a questões internas, houve um atraso na tramitação do projeto de alteração da Lei. Informou que no artigo final está previsto a redução de até 85% para os autos decorrentes de denúncia espontânea, o que iria resolver em torno de aproximadamente 99% dos casos existentes hoje. Essa será a primeira Lei, e deverá ser avaliada nos próximos sessenta dias depois de sua publicação, com vistas a uma segunda medida, pois não há como sair de uma situação que está posta há muito tempo e dar uma guinada muito grande. O Secretário sugeriu, já que o CRCES é cobrado pelos profissionais contábeis, que marque uma audiência com a Assembleia Legislativa. Sobre a reforma do regulamento do ICMS, informou que a versão que estava para ser implantada em fins de 2018 não atendia o pleito dos contadores, sendo que o Projeto teve sua prioridade reduzida, uma vez que existem outras ações mais urgentes a serem implementadas e a equipe é limitada. Acrescentou que o Projeto necessita ser revisado, pois esse novo regulamento precisa ser feito com muito cuidado. Aproveitou a oportunidade para falar da cooperação fiscal, que é muito importante para todos. Lembrou que ocorreram eventos aqui no CRCES que foram muito bem aproveitados e que a SEFAZ pretende continuar e ampliar bastante essa cooperação fiscal, pois a mesma evita a autuação, evita que o contribuinte seja alcançado pelo fisco, pois seu objetivo não é a multa. Quanto menor o valor da autuação melhor, porque o Estado recebe e a empresa não quebra. Já multas muito vultosas, vão parar na Justiça, o que dificulta muito o recebimento por parte do Estado, e pior, muitas vezes para pagar a dívida, as empresas são obrigadas a venderem tudo, fechando as portas e gerando um prejuízo ainda maior para a sociedade. Informou que ainda neste ano, objetivando melhorar o conforto do contribuinte e a imagem do Estado, a SEFAZ vai reformar todas as Agências da Receita Estadual, em especial aquelas que se encontram sucateadas. Também falou de um projeto

novo que se refere à Agência Virtual, com a inclusão de mais funcionalidades. Discorreu também sobre as ações que foram feitas na época das chuvas, quando foram adotadas medidas valiosas e novidades, tais como a devolução do tributo em espécie, no caso da substituição tributária, a isenção das multas por perda de documentos e equipamentos, a isenção de tributos na aquisição de máquinas e equipamentos, cujo convênio foi aprovado no CONFAZ, para as empresas atingidas pelas chuvas, a prorrogação do Simples Nacional, o parcelamento do ICMS, o parcelamento do Simples Nacional, conseguido junto ao Governo Federal e a prorrogação para envio das informações do cadastramento que ocorreria em 30 de janeiro. Informou também que ontem o Governador pediu para a SEFAZ fazer um atendimento itinerante, exclusivamente para os empresários atingidos pelas chuvas. Para o atendimento itinerante, a Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo - ADERES está providenciando uma Van, que irá percorrer os Municípios de Alegre, Castelo, Iúna, Rio Novo do Sul e Atilio Vivacqua. Na oportunidade, o Conselheiro Maurílio Correia Santana informou que Cachoeiro de Itapemirim ainda está com problemas em face das chuvas, o que levou o Município decretar estado de calamidade pública, e que o Estado ainda não está conseguindo a prorrogação do Simples Nacional. Segundo o Secretário foi solicitada a prorrogação para todos os Municípios que sofreram com as chuvas e em relação aos quais foi decretado estado de emergência ou de calamidade pública, porém o Governo Federal não reconheceu o Município de Cachoeiro de Itapemirim como estando enquadrado na condição de calamidade pública. No caso de Cachoeiro de Itapemirim, por mais que os estragos tenham sido grandes, com muitos prejuízos e até uma morte, e embora o Prefeito tenha baixado o Decreto, ele não se enquadrou no conceito legal de calamidade pública, mas tão somente no conceito de emergência. O que ficou pendente em relação a Cachoeiro foram o parcelamento e a prorrogação do Simples. **4 – EXPEDIENTE:** A Presidente Carla Cristina Tasso iniciou ressaltando que os funcionários enfrentam, diariamente, muitos problemas e dificuldades que envolvem as operacionalidades dos serviços, os quais os Conselheiros, geralmente, não têm conhecimento, mas se referem a questões em que todos podem ajudar objetivando melhorar os processos, tanto para os profissionais quanto para o próprio Conselho. Informou ainda que ficou estabelecido que todos os Chefes de Setores apresentarão, nas reuniões do Conselho Diretor, o resultado dos meses imediatamente anteriores às mesmas, até porque foi aprovado um Plano de Cargos e Salários em 2019 com indicadores objetivos, com base nos quais os funcionários serão avaliados. Também ficou acordado que nas Reuniões Plenárias quem fará tais apresentações serão dos Vice-Presidentes, o que tem por objetivo proporcionar que todos acompanhem mais de perto os resultados do CRCES, devendo os mesmos ficarem à vontade para sugerirem melhorias, pois essa é a primeira apresentação nesse novo formato. Complementou informando que os dados do Setor Jurídico não serão apresentados nesta Plenária, devido o Dr. Leonardo Gonoring Gonçalves Simon encontrar-se de férias. A seguir, deu-se início à apresentação, pelos Vice-Presidentes, dos Resultados do mês de Janeiro/2020, tendo a palavra sido franqueada ao Vice-Presidente de Controle Interno, Gustavo da Silva Miranda, que inicialmente agradeceu à Conselheira Simony Pedrini Nunes Rátis pelo apoio que vem dando ao Setor de Controle Interno, e informou que o Seminário ocorrido em Brasília, nesta semana, foi extremamente esclarecedor, excelente, mas que infelizmente o tempo foi curto, pois o volume de informações é grande e as dúvidas são muitas. Continuando, explicou que o Controle Interno é um setor que controla, monitora e avalia toda a gestão do CRCES, aplicando o controle de legalidade, na medida em que verifica se tudo está em conformidade com as normas; que todas as ações praticadas no âmbito do CRCES

desembocam no Controle Interno, razão pela qual os processos devem ser eficientes e os relatórios confiáveis. A seguir, apresentou a tabela de indicadores com os índices e informou que o CRCES atingiu quase todas as metas, sendo que tudo que consta na referida tabela possui forma de medição, parâmetros e é objeto de constante monitoramento. Ressaltou que apenas duas metas não foram atingidas, ainda, que são: renovação do parque tecnológico (informática), que está em andamento, e evolução de registro profissional. Quanto à inadimplência, reforçou a necessidade de se envidar esforços em cobrar de quem está devendo. Ressaltou que o Controle Interno analisou todos esses dados e está tentando implementar ações e procedimentos para auxiliar no atingimento das metas. Informou que para 2020 a palavra mais importante, a palavra de ordem é planejamento. Que devemos passar mais tempo planejando e menos executando. Que são metas de governança para 2020 a elaboração de um Plano de Desenvolvimento e de Controle Interno, capacitação, elaboração de fluxos e aperfeiçoamento administrativo e profissional. Relatou que se reuniu com a Gerente de Controle Interno, Soleane Souza de Oliveira Viana, e verificou que tudo é parametrizado. Indicou que procederá à análise dos indicadores não alcançados objetivando o seu atingimento e que fará uma composição como os Chefes dos Setores visando ao planejamento dos trabalhos com vistas à prestação de contas ao CFC a ser apresentada em 28/02/2020. Aludiu à sua participação no seminário em Brasília e que o que se espera é a melhoria na qualidade do serviço prestado, com eficácia e eficiência, simplificação no atendimento ao usuário do serviço público, resposta rápida à sociedade, como ocorreu no caso dos municípios que decretaram estado de calamidade pública, melhora no fluxo dos processos e motivação de toda a equipe interna para trabalhar cada vez melhor. A Presidente Carla Cristina Tasso ressaltou que o Vice-Presidente de Controle Interno precisa acompanhar mais de perto o Chefe do Setor pensando e desenvolvendo medidas e ações para corrigir as falhas porventura encontradas. Porque agora há avaliação dos diretores nas ações, razão pela qual haverá a implantação da análise de risco com base no COSO, ferramenta usada pelo TCU. Observou que o CRCES atinge índices elevados em relação a itens de menor relevância e às vezes, itens como inadimplência, que é importantíssimo, não se consegue atingir por tão pouco. Acrescentou que a questão do fluxo dos processos está sendo trabalhada com a Gerente de Controle Interno, Soleane Souza de Oliveira Viana, no sentido de reduzir o trabalho operacional que é muito manual no CRCES. Que em relação aos indicadores havia algumas pendências com o CFC, dentre as quais destacou o Plano de Sustentabilidade, que foi aprovado na Plenária de dezembro e foi enviado agora e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI que será submetido à aprovação nesta Sessão Plenária e que também está ligado ao Controle Interno. Passada a palavra para o Vice-Presidente de Registro, Carlos Darlan Patil, este apresentou sua equipe, que é formada pelo Chefe do Setor, Eduardo Darós Fonseca, que também responde pelo Setor de Cobrança, e pelos Assistentes Administrativos, Débora Cassemiro Franca e Roberto Luciano Soares Gomes e informou que, para o Setor de Registro, esse momento de transição está sendo bastante complicado, especialmente devido às medidas urgentes que o CRCES teve que tomar em face das enchentes ocorridas no Estado, que prejudicaram bastante o andamento normal dos trabalhos. Que a partir de agora fará reuniões com as Conselheiras Mônica Fernanda Santos Porto Pires e Paula Nazareth Koehler para colocar os trabalhos em dia. Que já tem pedido da Faculdade de Aracruz para marcar uma agenda com este Conselho. Quanto aos dados do Setor de Registro, apresentou o seguinte resumo: 181 pedidos de baixa de registros profissionais, 16 pedidos de baixa de registros de pessoas jurídicas, 42 pedidos de registros originários de profissionais, 15 pedidos de registros de organizações contábeis, 8

restabelecimentos de registros, 262 processos distribuídos para julgamento e 2 pedidos de declaração. Informou que comentou na reunião de sua Câmara quando de sua participação no Seminário ocorrido em Brasília, sobre os novos procedimentos de baixa de registro do CRCES, com o que alguns concordaram e outros não. Que o novo procedimento consiste na apresentação do requerimento contendo o motivo da solicitação e encaminhamento do pedido ao Setor de Fiscalização, portanto, diferente do que era antes, pois primeiro dava-se a baixa. A Presidente Carla Cristina Tasso confirmou que foi uma sugestão do próprio Chefe do Setor de Registro, vez que ocorria constantemente o caso de se baixar o registro e depois da fiscalização se manifestar o mesmo tinha que ser restabelecido, gerando outra taxa e mais trabalho para a equipe. O Conselheiro Walterleno Maifrede Noronha indagou se na norma dispõe sobre essa sequência de possíveis atos de fiscalização, pois do contrário os profissionais poderão recorrer ao Judiciário, informando que a baixa está sendo negada para situações que às vezes destoam da norma. A Conselheira Paula Nazareth Koehler acrescentou que o Conselho já teve problemas acerca de baixas, vez que eram feitas sem a devida comprovação. O Vice-Presidente de Política Institucional, Roberto Schulze, manifestou-se favorável a esse novo procedimento e mais, indicou que o CRCES devesse fazer essa sugestão ao CFC para que isso seja normatizado. O Vice-Presidente de Controle Interno, Gustavo da Silva Miranda, entende que não é o profissional que tem que provar que não mais está exercendo a profissão, mas sim o CRCES que tem que fazer diligência, e exemplificou com o caso de seu pai, que à época em que se aposentou e pediu baixa, o Conselho queria que ele comprovasse que não estava mais trabalhando. A Presidente Carla Cristina Tasso acrescentou que o profissional que solicitar a baixa terá seu pedido respondido dentro do prazo legal de 60 (sessenta) dias. Que nesse intervalo a fiscalização fará todas as diligências no sentido de apurar se aquele profissional continua exercendo a profissão ou não. Que tal requerimento deve ser assinado, mas pode ser enviado "online". Na sequência o Vice-Presidente de Registro, Carlos Darlan Patil, explicou todo o fluxo do processo de baixa, considerando que a fiscalização fará previamente as diligências necessárias. Também falou das metas a curto prazo para 2020, destacando o envio de mensagens (e-mail) de boas vindas aos profissionais e organizações contábeis parabenizando-os pelo registro; a prestação de informações sobre pontos importantes como: data de vencimento da anuidade com ou sem desconto, obrigatoriedade do voto, importância da manutenção do cadastro atualizado e divulgação dos convênios; a elaboração de uma Cartilha que será entregue nas cerimônias de entrega de carteira aos futuros profissionais; a atualização dos dados de todos os profissionais ativos no Sistema; a implementação de medidas com vista a reduzir o número de baixa de registro profissional; a melhoria e celeridade no atendimento e a maior divulgação da carteira digital. Na oportunidade a Presidente Carla Cristina Tasso informou que a licitação do Sistema de Autoatendimento foi feita e o Conselho está em vias de iniciar os procedimentos de implantação. Passada a palavra ao Vice-Presidente de Administração e Finanças, Roney Guimarães Pereira, o mesmo informou que o funcionário Eduardo Darós Fonseca, na realidade, sempre foi do Setor de Cobrança e agora está respondendo, cumulativamente, juntamente com as funcionárias Helaine Soncini Pelissari e Débora Cassemiro Franca pelo Setor de Registro, lembrando que esta última também está vinculada aos dois Setores. A seguir, falou sobre os valores arrecadados em 2018, 2019 e 2020, ressaltando que a arrecadação em janeiro/2020 fechou com um aumento de 30,80% em relação a janeiro/2019, mas reduziu quase 5% em relação a janeiro/2018 e que a previsão de arrecadação para este ano é praticamente a mesma do ano passado. Ainda apresentou um comparativo entre os ativos, valores arrecadados e

277 inadimplentes, a saber: a) janeiro/2019 - contadores ativos: 10626; valor arrecadado: R\$
278 1.904.000,00 e inadimplência: R\$ 2.770.000,00, e b) janeiro/2020 - contadores ativos: 10529;
279 valor arrecadado: R\$ 1.940.000,00 e inadimplência: R\$ 2.768.000,00. Na sequência falou sobre
280 a Resolução nº 409/2020 que fixa critérios para concessão de parcelamento no caso de
281 calamidade pública lembrando, conforme já foi falado pelo Secretário Estadual de Fazenda, que
282 a situação do Município de Cachoeiro de Itapemirim não se enquadrou como calamidade
283 pública, mas tão somente como emergência, apesar de ter sido reconhecida a calamidade pelo
284 governo municipal. Na oportunidade, a Presidente Carla Cristina Tasso, fazendo a leitura parcial
285 da Resolução 409/2020, ressaltou que a mesma alcança os profissionais sediados em todos os
286 Municípios nos quais foi decretada a situação de calamidade pública, por quaisquer das esferas
287 de governo. Dando continuidade a sua apresentação o Vice-Presidente de Administração e
288 Finanças, Roney Guimarães Pereira, informou que em relação à remissão de débitos houve um
289 total de 17 (dezessete) pedidos, sendo 16 (dezesseis) referentes à Resolução 1546/2018-CFC
290 e 1 (um) referente à Resolução 1409/2012, relacionado a um profissional do Município de
291 Iconha. Informou ainda acerca das metas a curto prazo, a saber: envio de documentos para
292 propositura de pelo menos setenta execuções fiscais ao Setor Jurídico, novas notificações de
293 profissionais com débitos que perfazem o valor de 04 (quatro) anuidades, novas notificações
294 aos profissionais com débitos pequenos (até 02 anuidades) visando à realização de Protesto,
295 realização de novos protestos de profissionais cujos prazos de notificação se encerraram e
296 realização da semana de regularização, com redução de até 100% sobre os juros e multas, com
297 previsão para maio, o que terá como parâmetro uma Resolução do CRCRJ. Dando seguimento,
298 apresentou o **Balancete de Janeiro 2020** (Processo SEC nº 006/2020) e a **Prestação de**
299 **Contas do Exercício de 2019** (Processo SEC nº 008/2020), os qual foram colocados em
300 discussão e votação, tendo sido **aprovados por unanimidade** e sem ressalvas. A seguir, o
301 Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina, Reinaldo Marques informou que o CRCES
302 tem dois Projetos: Projeto 2001 e Projeto 2002. Que o Projeto 2001 trata da fiscalização das
303 organizações contábeis e dos profissionais liberais e que para o exercício de 2020 a meta é
304 fiscalizar 288 profissionais e organizações contábeis, sendo que neste mês de janeiro já
305 realizou 43 (15% do previsto) o que se mostra dentro da média. Que os critérios de adotados
306 são práticos e foram anunciados no ano passado e consistem em fiscalizar os profissionais que
307 ainda não foram fiscalizados e fiscalizar aqueles já fiscalizados, porém reincidentes. Que em
308 relação àqueles que não foram fiscalizados fixamos como critério de escolha os profissionais
309 que figuram como responsáveis técnicos de pelo menos duas empresas, conforme informações
310 obtidas junto à Secretaria Estadual de Fazenda - SEFAZ ou às Prefeituras. Que é o caso do
311 Município de São Mateus, que possui 260 profissionais ativos que não foram fiscalizados, sendo
312 que desse total, com base nos dados da SEFAZ, apenas 20 figuram como responsáveis
313 técnicos de alguma entidade, razão pela qual a fiscalização voltou seu foco para esses 20,
314 entendendo que os outros 240 são empregados, estão inativos ou se formaram e não estão
315 trabalhando. O mesmo ocorreu com o Município de Linhares, que possui 283 profissionais
316 ativos que não foram fiscalizados, dentre os quais 23 enquadram-se na situação anterior. Que a
317 meta é realizar esse mesmo procedimento em relação a todos os demais Municípios.
318 Esclareceu ainda que o segundo Projeto, Projeto 2002, refere-se à fiscalização de outras
319 empresas e está previsto para iniciar em março. Que engloba empresas comerciais, industriais,
320 sem fins lucrativos e cooperativas, que nunca foram fiscalizadas, além de instituições
321 financeiras, entidades fechadas de previdência privada e entidades desportivas, para as quais o
322 CFC até baixou Resolução própria. Ressaltou que é óbvio que esse trabalho será feito por

amostragem, dada a impossibilidade de fiscalizar todas elas. Que a partir do resultado dessa amostragem, será reavaliado como reforçar a fiscalização para o próximo exercício. Que em relação aos MEI's foram emitidas no ano passado 301 notificações, dentre as quais 176 não procuraram o CRC, portanto, não se sabe estão ou não em atividades, razão pela qual serão novamente notificados e se não procurarem o CRC serão autuados. Também relatou que foram notificadas todas as entidades que têm Código de Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE de contabilidade, criadas a partir de 2019, a regularizarem seu registro junto ao CRC. Que também estão fazendo diligências em relação às denúncias não identificadas, pois agora é possível fazer via "site". Chamou atenção ainda pra o caso de profissionais que, usando de esperteza, substituem a atividade de contabilidade pela de preparação de documentos, de código 8211-3/00. Que constatou, ao consultar esse código, que ao final da lista consta a atividade de contabilidade. Sugeriu solicitar ao CFC a inclusão desse CNAE no rol daqueles vinculados à atividade contábil. Lembrou ainda que devido à alteração do número de fiscais ativos, que aumentou para 3 (três), o que interfere na meta, enviou ofício para o CFC, solicitando redimensionamento das metas da fiscalização, o que já fora aprovado. Que também enviou e-mail ao CFC com a Ata do TRED referente ao mês de Janeiro, bem como o mapa das atividades realizadas, razão pela qual solicitou aos Conselheiros que não "segurem" os processos, lembrando que o prazo para julgamento é de no máximo 60 (sessenta) dias e 2 (duas) sessões ordinárias para o cumprimento das metas. Que em Janeiro/2020 não houve sessão da Câmara de Fiscalização, mas em compensação foram lavrados 22 autos de infração, 5 denúncias foram formalizadas para sindicância e 61 processos foram distribuídos aos antigos e novos Conselheiros, sendo que desses, 20 já foram julgados, o que significa um número expressivo, sendo a primeira reunião. Por fim parabenizou a todos, em especial o funcionário Wekson José Barbieri Mariano pela qualidade na elaboração de nossos "slides". A Conselheira Paula Nazareth Koehler disse que não relataram mais devido ao tempo e ainda porque há Conselheiros novos que precisam de mais tempo para entenderem como funciona tudo funciona. A Presidente Carla Cristina Tasso informou que no Seminário do CFC ocorrido em Brasília nos últimos dias 18 e 19, tanto na abertura quanto na reunião dos Presidentes, em razão da PEC 108, muito se falou sobre as três principais finalidades do Sistema CFC/CRC's, e que sem dúvida a mais importante é a fiscalização. Que a fiscalização tem que ser mais ativa; tem-se que fiscalizar mais porque essa é uma das justificativas para os Conselhos existirem. Que inclusive há uma polêmica acerca das metas de fiscalização, pois devido os CRC's as atingirem muito rápido, isso denota que os Conselhos fiscalizam muito menos do que seria o ideal e que a metas estão muito aquém daquilo que de fato se poderiam atingir, o que explica o fato de atingirmos o percentual de até 400% em relação às metas fixadas. Que naquela oportunidade foi solicitado pelos Presidentes dos CRC's que o CFC aumentasse as metas da fiscalização. A Presidente Carla Cristina Tasso observou que, independente do CFC, o Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina, Reinaldo Marques está praticando uma política diferente, ou seja, em vez de fiscalizar aqueles que já o foram, está indo em busca daqueles que nunca foram fiscalizados. Informou que outra ação que está em andamento e sobre a qual o Chefe do Setor de Fiscalização, Rodrigo dos Santos Sanz, terá uma reunião amanhã com o Sr. Paulo Cezar Juffo, Secretário Geral da Junta Comercial do Estado do Espírito Santo, da JUCEES, é a efetivação de um Convênio com aquele Órgão para que o CRCES possa fazer pesquisas também pelo CPF. Informou também que a Junta Comercial firmou esse mesmo tipo de Convênio com outras Instituições, mas é cobrado o equivalente a R\$ 4,74 por CPF consultado. A Presidente Carla Cristina Tasso informou ainda

que teve conhecimento de que outro Conselho Regional conseguiu firmar Convênio com o Ministério da Economia para obter informações provenientes da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (anteriormente vinculada ao Ministério de Trabalho) e recebe relatórios com a identificação dos profissionais. A Presidente Carla Cristina Tasso comunicou que os funcionários Wekson José Barbieri Mariano, Rodrigo dos Santos Sanz e Eduardo Darós Fonseca, no próximo dia 5 de março, irão conhecer o Sistema de Fiscalização, Registro e Cobrança do CRC de São Paulo e que em conversa com o Presidente daquele Conselho lhe foi sinalizada a possibilidade de utilizar o Sistema sem custo. O Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina, Reinaldo Marques, informou que todo o Vice-Presidente de Fiscalização, segundo reunião ocorrida durante o Seminário em Brasília, tem muitos problemas, dando como exemplo a questão do aviltamento. Que hoje, segundo nosso Código de Ética, um contador pode anunciar num "outdoor" que abre empresa gratuitamente e que somente cobrará honorários daí a 6 meses. Isso, por exemplo, é permitido e nada se pode fazer. A Conselheira Simony Pedrini Nunes Rátis informou que em relação à necessidade de ampliar a fiscalização o Roberto Schulze, quando Presidente, tentou fazer isso e que assim como na SEFAZ existe o cadastro de contadores que assumem uma empresa privada, o Tribunal de Contas do Estado do ES possui o Sistema Cidades Web, por meio do qual se pode identificar todos os responsáveis técnicos e demais profissionais da contabilidade vinculados às Unidades Gestoras. Sugeriu a formalização de um Convênio com o TCEES para que o CRCES tenha acesso aos respectivos contadores e possa identificar se realmente são contadores e se estão registrados. O Vice-Presidente de Política Institucional, Roberto Schulze, comentou que sua Vice-Presidência, provavelmente no próximo mês, terá algo a apresentar, lembrando que os Conselheiros presentes Mário Zan Barros, Miguel dos Santos Costa e Walterleno Maifrede Noronha fazem parte de sua Câmara. Informou que em fevereiro visitou o SESCON e o CRA para tratar de assuntos ligados a parcerias e esteve na PMV, em audiência com o Vice-Prefeito, falando de nossa preocupação com os recursos dos Conselhos. Que participou do Fórum dos Conselhos, para o qual a Presidente Carla Cristina Tasso lhe incumbiu da tarefa de continuar representando este CRCES, assim como, na Federação das Indústrias do ES, participou da Reunião do Fórum das Micro e Pequenas Empresas (Conselho Temático). Lembrou que a Vice-Presidência de Política Institucional tem como tarefa executar uma atividade meio, criar condições para que as demais Vice-Presidências, assim como a própria Presidência, consiga alcançar seus objetivos quando o caso requerer alguma interação política. Na oportunidade se reportou à fala do Vice-Presidente do CFC, Joaquim xxx, que disse que a Vice-Presidência de Apoio Institucional é o meio e que a finalização será sempre das Vice-Presidências Operacionais. Também informou que além desse contato com o TCEES, oportunamente passará para a Presidência a programação de visitas a serem feitas aos Deputados Estaduais. A Presidente Carla Cristina Tasso falou sobre o Setor Administrativo que é coordenado pelo funcionário Wekson José Barbieri Mariano e fez um resumo acerca das diversas melhorias estruturais realizadas em todo o CRC, a saber: ampliação do espaço da cozinha onde os funcionários almoçam, a partir da retirada de uma parede, lembrando que a mesma receberá um aparelho de ar condicionado, pois o local é muito quente; criação de um espaço (sala) de descanso para os funcionários; instalação de três computadores na sala de atendimento; remanejamento da sala de reuniões; realização de diversos reparos por todo o prédio, tais como: pintura, ampliação do salão que dá acesso ao auditório, de onde também foi retirada uma parede, reparos na sala do Plenário, mudança da Galeria de Presidentes. Informou ainda que posteriormente, até mesmo em atendimento às normas do TCU, o espaço utilizado para

arquivo será redimensionado, também retirando uma parede, e climatizado. Que posteriormente também toda a área de garagem sofrerá reparos. Que em relação à tecnologia foi instituído o Protocolo Eletrônico, que está funcionando desde o dia 02 de janeiro, sendo que os profissionais já estão utilizando. Que a partir das adequações físicas, também foi redimensionado o quantitativo de impressoras, que foi reduzido de 11 para 4 e resultou numa redução de R\$ 10.000,00 no valor do Contrato. Que o Sistema de Telefonia será mudado para o Sistema VoiP, e está previsto para abril. Que foi adquirido, ainda na gestão do Roberto Schulze, atual Vice-Presidente de Política Institucional, um novo servidor, cuja entrega se deu em 12 de janeiro e novos computadores com previsão de entrega para 31 de março. Também falou sobre os processos licitatórios, a saber: aquisição de passagens aéreas; locação de espaço e contratação de serviço de buffet para III Reunião Pública; contratação do sistema de autoatendimento, cujo totem será instalado na entrada do Conselho, permitindo que os profissionais acionem os Setores de Registro, Fiscalização e Cobrança; aquisição de coffee break, cuja primeira licitação foi fracassada, estando a próxima marcada para o dia 10 de março, sendo que antes se destinava ao atendimento a eventos realizados pelo CRCES, porém a partir de agora também será extensivo às Reuniões Plenárias e de Câmaras; aquisição de licenças e instalação de hiperconvergência, que está marcada para 04 de março, pois sem esse serviço não adiantaria um servidor novo; contratação da reforma dos 20º e 21º andares do AMES, cuja licitação anterior foi deserta e a próxima está marcada para o dia 05 de março; contratação dos serviços de transporte tipo V1, cujo Termo de Referência está em fase de elaboração; contratação do serviço de gravação, edição e transmissão de som e imagens para atender aos eventos promovidos pelo CRCES, relacionados com os cursos "on-line" e que está marcada para 09 de março; contratação dos serviços de designer gráfico, em relação ao qual cabe ressaltar que em 2019 foram criadas mais de 700 artes; aquisição de cadeiras de acordo com os padrões de ergonomia, que está em andamento. A Presidente Carla Cristina Tasso informou ainda sobre sugestão do Setor Administrativo no sentido do CRCES possuir seu próprio Data Center, pois estamos tendo muito problemas. Ainda fez alusão ao Projeto da TV CRCES Corporativa. Também falou da possibilidade de voltar com as Plenárias ao vivo, on-line, mas também de disponibilizar um "chat" para o profissional contábil fazer sua pergunta, tirar sua dúvida em tempo real. Que possui no site de sua empresa um programa gratuito chamado "Talk It Out", onde o cliente entra com seu CNPJ e faz suas perguntas. Não sendo cliente o Sistema abre uma tela de orçamento. Disse ainda que o responsável pelo site do CRCES lhe informou que isso seria possível e que somente precisaria verificar a base do CRCES, pois teria que vincular o número de registro do profissional ou seu CPF, o que permitiria uma comunicação direta com o mesmo. Acrescentou que antes, porém, tudo seria levado à apreciação do Conselho Diretor. A seguir informou que perguntou no Grupo dos Conselheiros quem teria interesse em participar do 21º Congresso Brasileiro de Contabilidade e que recebeu resposta positiva somente dos Conselheiros Ademir do Nascimento, Clair Martins da Silva, Edimarcos Luchi, Mário Zan Barros, Mônica Fernanda Santos Porto Pires, Paula Antonela Vieira Pinto, Paula Nazareth Koehler, Raquel Cristina Nicolau Barbosa, Rodrigo Sangali, Sérgio Augusto Vieira, Tamires Endringer Zorzal e Walterleno Maifrede Noronha e que aquele que for sorteado terá a inscrição, passagens e diárias pagas. Na oportunidade o Conselheiro Maurílio Correia Santana também manifestou interesse. Na sequência foi realizado o sorteio tendo sido contemplados os Conselheiros Ademir do Nascimento, Clair Martins da Silva, Edimarcos Luchi e Maurílio Correia Santana. **5 – ORDEM DO DIA:** Passando à ordem do dia a Presidente, Carla Cristina Tasso, apresentou um a um os assuntos incluídos em pauta, lembrando que o

Balancete de Jan/2020 e a Prestação de Contas de 2019 já foram aprovados. Na sequência, passou-se à análise da Ata da Sessão **Plenária nº 1610** a qual, depois de colocada em discussão e votação, **foi aprovada por unanimidade** e sem ressalvas. Logo em seguida passou-se à análise das Atas das Sessões da Câmara de Administração e Finanças-**CAF nº 62**, da Câmara de Controle Interno-**CCI nº 165**, da Câmara de Fiscalização-**CF nº 208**, da Câmara de Ética e Disciplina-**CED nº 258** e do Tribunal Regional de Ética e Disciplina-**TRED nº 250**, que também foram colocadas em discussão e votação, tendo sido **aprovadas por unanimidade** e sem ressalvas. A seguir, passou-se à deliberação sobre a **autorização de doação de bens móveis/inservíveis** por meio de Chamamento Público, tendo a Presidente, Carla Cristina Tasso, informado da impossibilidade de se fazer a doação para entidade privada, por força de dispositivo constante na Lei 8.666/1993. Nesse momento o Vice-Presidente de Administração e Finanças, Roney Guimarães Pereira, informou que os referidos bens foram avaliados em menos de R\$ 3.000,00. Colocada a matéria em discussão e votação, a doação foi **aprovada por unanimidade**. Na sequência, passou-se à análise da **Resolução 409**, editada em face da Calamidade Pública nos Municípios atingidos pela enchente, aprovada "Ad Referendum" e da mesma forma, depois de colocada em discussão e votação foi **aprovada por unanimidade** e sem ressalvas. Ato contínuo passou-se à análise da **Resolução** que **regulamenta a publicação dos atos oficiais** do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo, que tendo sido colocada em discussão e votação foi **aprovada por unanimidade** e sem ressalvas. A Presidente, Carla Cristina Tasso, informou que a referida Resolução visa à regulamentar as publicações no Diário Oficial da União, já que muitos atos podem ser publicados apenas no site do CRCES. Por último passou-se à análise da **Resolução que regulamenta o PDTI** – Plano Diretor de Tecnologia da Informação para o biênio 2020/2021, tendo sido lembrado que todos receberam informações acerca dos objetivos, justificativas e valores, incluindo os equipamentos que estão sendo adquiridos, tendo a matéria sido colocada em discussão e votação e **aprovada por unanimidade** e sem ressalvas. A Conselheira Mônica Fernanda Santos Porto Pires solicitou que o processo do Sr. Mairon Augusto Nunes Loriato, que já foi discutido na Câmara de Fiscalização, fosse inserido em pauta para apreciação da Plenária em grau de recurso. Relatou que o Sr. Mairon Augusto Nunes Loriato trabalha na Prefeitura Municipal de Pancas e numa fiscalização do CRC foi detectado que ele faz trabalho de auxiliar de contabilidade. Que na 1ª Instância ele foi julgado e condenado a pagar uma multa de R\$ 503,00 pelo não registro. Que recorreu apresentando Declaração de que está cursando o 6º período de Ciências Contábeis, juntamente com uma defesa preparada pelo Srs. Alexsander Tomazini e Caroline Brandão, Chefes do Setor de Contabilidade daquele Município, os quais alegam que todo o serviço que ele executa é devidamente acompanhado. Assim, considerando o que estabelece a Resolução nº 1246 e que Sr. Mairon Augusto Nunes Loriato, na condição de estudante, pode atuar na área, a Conselheira sugeriu o arquivamento do processo. Colocada a matéria em discussão e votação, **o arquivamento** do processo foi **aprovado por unanimidade**. Ultrapassada a Ordem do Dia, a Presidente, Carla Cristina Tasso, informou acerca das representações que não mais serão lidas durante a Sessão Plenária, mas serão previamente encaminhadas a todos, inclusive disponibilizadas no site do CRC, e poderão representar mais um indicador para este Conselho. Ressaltou que Representação do CRC se dá quando o Conselheiro é convidado, pelo Conselho, para participar de algum evento, reunião, etc. em nome do mesmo. O fato de o Conselheiro estar participando de uma Palestra, por exemplo, para a qual o CRCES não foi oficialmente convidado e, portanto, não indicou um representante, não é considerado

representação. A Presidente, Carla Cristina Tasso, informou ainda que, conforme ficou muito claro na fala do Presidente do CFC, Zulmir Ivânio Breda, o CRC **não pode manter convênio** com particulares, salvo se os mesmos forem decorrentes de Chamamentos Públicos, que é um procedimento legal e transparente e onde é dada a mesma oportunidade a todos os interessados para que ofertem seus produtos e serviços. Sendo assim, todos os Convênios serão cancelados e serão publicados Chamamentos Públicos, especialmente relativos àqueles serviços que beneficiam os profissionais, tais como, planos de saúde, escolas, faculdades, farmácias, etc. O Vice-Presidente de Política Institucional Roberto Schulze sugeriu, em relação àqueles que realmente são necessários, como é o caso do plano de saúde, que primeiro se conclua o Chamamento Público e assine o Termo para depois revogar o que se encontra vigente. Passada a palavra aos Vice-presidentes, o Vice-Presidente de Controle Interno, Gustavo da Silva Miranda, informou que foi publicado no site da Prefeitura Municipal de Vitória que as multas no Município de Vitória reduziram em 74%. Isso se deu porque acabaram com o percentual que era destinado aos fiscais. Dada a relevância do fato, ficou definido que o CRCES fará um ofício parabenizando tanto o Executivo quanto o Legislativo Municipal pela corajosa decisão. Na oportunidade, a Assessora de Comunicação, Danielle Cristina Ram Rodrigues, solicitou que devido ao período de entrega de Declaração de IR o CRC precisa da disponibilidade de todos, assim como precisa ser comunicada, com antecedência, sempre que os Conselheiros forem demandados por quaisquer veículos de comunicação.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e eu, Jorge Tadeu Laranja, Diretor Executivo, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes.....

CARLA CRISTINA
TASSO:0317122
0709

Assinado de forma digital por CARLA
CRISTINA TASSO:03171220709
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB
e=CPF A2, ou=(EM BRANCO),
ou=Autenticado por AR Instituto
Fenacem, cn=CARLA CRISTINA
TASSO:03171220709
Dados: 2020.05.12 14:51:43 -03'00'

Contadora Carla Cristina Tasso
Presidente

RONY GUIMARAES
PEREIRA:845744027
68

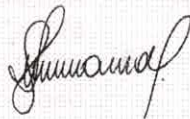
Assinado de forma digital
por RONEY GUIMARAES
PEREIRA:84574402768
Dados: 2020.06.01
09:13:49 -03'00'

Contador Roney Guimarães Pereira
Vice-Presidente de Administração e Finanças

REINALDO
MARQUES:3640
8310710

Assinado de forma digital
por REINALDO
MARQUES:36408310710
Dados: 2020.05.20
15:18:03 -03'00'

Contador Reinaldo Marques
Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina



Assinado de forma digital
por GUSTAVO DA SILVA
MIRANDA:03924273707
Dados: 2020.05.16 22:36:15
-03'00'

Contador Gustavo da Silva Miranda
Vice-Presidente de Controle Interno

CARLOS DARLAN
PATIL:95885250715

Assinado de forma digital por
CARLOS DARLAN
PATIL:95885250715
Dados: 2020.05.13 08:01:18 -03'00'

Contador Carlos Darlan Patil
Vice-Presidente de Registro

ROBERTO
SCHULZE:793
09615753

Assinado de forma
digital por ROBERTO
SCHULZE:79309615753
Dados: 2020.05.26
13:17:25 -03'00'

Contador Roberto Schulze
Vice-Presidente de Política Institucional

CLAIR MARTINS DA
SILVA:03486263714

Assinado de forma digital por CLAIR
MARTINS DA SILVA:03486263714
Dados: 2020.05.15 15:04:45 -03'00'

Técnico em Contabilidade Clair Martins da Silva
Conselheiro

MARIO ZAN
BARROS:97842575
720

Assinado de forma digital por
MARIO ZAN
BARROS:97842575720
Dados: 2020.05.18 17:58:02
-03'00'

Contador Mário Zan Barros
Conselheiro

MIGUEL DOS
SANTOS
COSTA:24411922720

Assinado de forma digital por
MIGUEL DOS SANTOS
COSTA:24411922720
Dados: 2020.05.19 17:20:12
-03'00'

Contador Miguel dos Santos Costa
Conselheiro

MONICA FERNANDA
SANTOS PORTO
PIRES:05431861727

Assinado de forma digital por
MONICA FERNANDA SANTOS
PORTO PIRES:05431861727
Dados: 2020.06.05 18:25:25 -03'00'

Contadora Mônica Fernanda Santos Porto Pires
Conselheira

PAULA NAZARETH
KOEHLER:06855810713

Assinado de forma digital por
PAULA NAZARETH
KOEHLER:06855810713
Dados: 2020.05.20 16:26:19 -03'00'

Contadora Paula Nazareth Koehler
Conselheira

SIMONY PEDRINI
NUNES
RATIS:01691922706

Assinado de forma digital por
SIMONY PEDRINI NUNES
RATIS:01691922706
Dados: 2020.06.10 10:43:20 -03'00'

Contadora Simony Pedrini Nunes Rátis
Conselheira

ELI BATISTA DE ARAUJO
PIROLA:48060968734

Assinado de forma digital por ELI
BATISTA DE ARAUJO
PIROLA:48060968734
Dados: 2020.06.09 15:01:34 -03'00'

Contadora Eli Batista de Araújo Pirola
Conselheira

MAURILIO CORREIA
SANTANA:0051389
2745

Assinado de forma digital
por MAURILIO CORREIA
SANTANA:00513892745
Dados: 2020.06.05
09:37:05 -03'00'

Contadores Maurílio Correia Santana,
Conselheiro

WALTERLENO
MAIFREDE NORONHA

Digitally signed by WALTERLENO MAIFREDE
NORONHA
DN: c=BR, st=ES, fo=320076, cn=WALTERLENO
MAIFREDE NORONHA,
email=WALTERLENO@WALTERCON.COM.BR
Date: 2020.06.07 08:27:24 -03'00'

Contador Walterleno Maifrede Noronha
Conselheiro